



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2022

A SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA - SEGEN/MJSP, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 508, Zona Cívico-Administrativa, na cidade de Brasília/DF, CEP 70.064-900, que utilizará o CNPJ nº 00.394.494/0005-60, conforme prescrito no parágrafo único, do art. 2º, da Portaria do Ministro nº 294, de 08 de junho de 2020 (11838166), neste ato representada pela Secretária de Gestão e Ensino em Segurança Pública, a Senhora ANA CRISTINA MELO SANTIAGO, com competência subdelegada no inciso XI, art. 6º, da Portaria SE/MJSP nº 1.411, de 25 de novembro de 2021 (18617661), publicada na edição do Diário Oficial da União nº 221-A, de 25 de novembro de 2021, inscrita no CPF sob o nº 491.845.471-20, portadora da Carteira de Identidade nº 798.999 - SSP/DF, considerando o Termo de Homologação (21455748) na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços nº 07/2022, processo administrativo nº 08020.000170/2021-09, RESOLVE registrar os preços da empresa HERCULES EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 60.042.686/0001-05, sediada na Avenida Robert Kennedy, 675 – Bairro Planalto, São Bernardo do Campo – SP, CEP: 09895-003, E-mail: sac@ansell.com e tatiana.leal@ansell.com, telefone (11) 4391-6640 e (11) 5225-7454, indicada e qualificada nesta ATA, neste ato representada pela Senhora TATIANA CRASTECHINI, inscrita no CPF nº 225.442.438-64, portadora da carteira de identidade nº 34.235.166-7 - SSP/SP, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de equipamento de proteção individual (EPI), sendo roupa de proteção contra incêndio (casaco e calça), balaclava de combate a incêndio, luvas de combate a incêndio, botas de combate a incêndio e capacete de proteção contra a incêndio, especificados nos itens 1 e 4 do Termo de Referência (18035806), anexo I do edital de Pregão nº 07/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UF	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	SENASP			SEGEN		QUANTIDADE AQUISIÇÃO Imediata	QUANTIDADE TOTAL (DFNSP + DPSP + CGLOG)	QUANTIDADE TOTAL ÓRGÃOS PARTICIPANTES	QUANTIDADE TOTAL (SENASP + ÓRGÃOS PARTICIPANTES)	QUANTITATIVO PARA REGISTRO DE PREÇOS POR REGIÃO	QTD MÁXIMA P/ ADESAO (3X)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
					DFNSP	DPSP	CGLOG	DFNSP	CGLOG								
1	CASACO E CALÇA DE COMBATE A INCÊNDIO - Região Norte	63380	Conjunto	ACRE	12	75	9	12	5	96	0	96	3.635	10.905	4.280,00	15.557.800,00	
				AMAPÁ	30	378	18	30	5	426	100	526					
				AMAZONAS	8	253	3	8	1	264	240	504					
				PARÁ	28	448	7	28	4	483	200	683					
				RONDÔNIA	6	109	5	6	2	120	880	1.000					
				RORAIMA	16	153	6	16	3	175	400	575					
				TOCANTINS	12	138	1	12	0	151	100	251					
TOTALS REGIÃO NORTE - CASACO E CALÇA					112	1.554	49	132	1.715	1.920	3.635						
4	CASACO E CALÇA DE COMBATE A INCÊNDIO - Região Sudeste	63380	Conjunto	MINAS GERAIS	6	1.732	1	6	0	1.739	500	2.239	3.874	11.622	4.280,00	16.580.720,00	
				ESPÍRITO SANTO	12	135	6	12	2	153	258	411					
				RIO DE JANEIRO	4	1.213	2	4	0	1.219	0	1.219					
				SÃO PAULO	4	0	1	4	0	5	0	5					
				TOTALS REGIÃO SUDESTE - CASACO E CALÇA					26	3.080	10	28					3.116
<b>TOTAL</b>																<b>32.138.520,00</b>	

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – SEGEN/MJSP.

Total Órgão Gerenciador (SENASP+SEGEN):

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DPSP	QUANTIDADE DFNSP	QUANTIDADE CGLOG	QUANTIDADE TOTAL
1	CASACO E CALÇA DE COMBATE A INCÊNDIO - Região Norte	Conjunto	1.554	112	49	1.715
4	CASACO E CALÇA DE COMBATE A INCÊNDIO - Região Sudeste	Conjunto	3.080	26	10	3.116

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ÓRGÃOS PARTICIPANTES - Equipamento de Proteção Individual - CASACO E CALÇA DE COMBATE A INCÊNDIO						
OBJETO	ITEM - REGIÃO	ÓRGÃO PARTICIPANTE	UASG	QUANTIDADE	LOCAL DE ENTREGA	GESTOR DE COMPRAS
Equipamento de Proteção Individual - CASACO E CALÇA DE COMBATE A INCÊNDIO	1 - NORTE	Corpo de Bombeiros Militar - AMAPÁ	927134	100	Rua Hamilton Silva nº 1647, Santa Rita, CEP 69.900-068 - Macapá/AP	Wagner Coelho Pereira Tel: (96) 2101-2150 Email: gramosebomberos@gmail.com
		Corpo de Bombeiros Militar - AMAZONAS	462430	200	Av. Codajás nº 1.565, Petrópolis CEP 69.063-390- Manaus/AM.	Danizio Valente Gonçalves Neto Tel: (92) 98404-0803 Email: dl.cbmam@gmail.com
		Secretaria de Estado de Segurança Pública - AMAZONAS	927025	40	Av. Arquiteto José Henrique Bento Rodrigues nº 3760, Monte das Oliveiras CEP 69.093-149 - Manaus/AM	Anézio Brito de Paiva Tel: (92) 3652-2016 Email: planejamento@ssp.am.gov.br
		Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - PARÁ	925801	200	Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Batista Campos CEP 66.023-700 - Belém/PA	Alan Ailton da Silva Guimarães Tel: (91) 3184-2556/2508 Email: segupcpl@gmail.com/licitacao@segup.pa.gov.br
		Fundo Estadual de Segurança Pública - RONDÔNIA	928093	430	Rua José Vieira Caúla, Nº 5582, Cuniã, CEP 76.824-418, Porto Velho/RO	Nivaldo de Azevedo Ferreira Tel: (69) 3215-4539 Email: funesbom-ro@hotmail.com
		Corpo de Bombeiros Militar - RONDÔNIA	926918	450	Avenida Campos Sales, nº 3254, Olária, CEP: 76.801-281, Porto Velho/RO.	José Hélio Cysneiros Pachá Tel: (69) 3216-8952 Email: gabcbmro@hotmail.com / funesp@sesdec.ro.gov.br
		Corpo de Bombeiros Militar - RORAIMA	462492	200	Rua Miguel Lupi Martins nº 214, São Pedro, CEP 69.306-715 Boa Vista/RR	Anderson Carvalho de Matos Tel: (95) 98401-2159 Email: dgof.cbmrr@gmail.com

		Fundo Estadual de Segurança Pública - RORAIMA	927916	200	Rua Miguel Lupi Martins nº 214, São Pedro, CEP 69.306-715 Boa Vista/RR	Edison Prola Tel: (95) 981043404 Email: executiva.fesp@sesp.rr.gov.br
		Corpo de Bombeiros Militar - TOCANTINS	926070	100	Quadra 403 Sul, Av. LO 09 Com NS 05 s/nº, São Pedro, Palmas/TO	Reginaldo Leandro da Silva Tel: (63) 3218-4718/ (63) 99290-1223 Email: compras@bombeiros.to.gov.br
	4 - SUDESTE	Corpo de Bombeiros Militar - MINAS GERAIS	926965	500	Rua 26, nº 12, Tropical, Contagem/MG	Marcelo Pinheiro de Oliveira Tel: (31) 3198-5701 E-mail: csm.smb@bombeiros.mg.gov.br
		Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo - ESPÍRITO SANTO	927115	258	Rua Holdercim, nº1012 – Civit II Serra– ES – Cep 29168-066	Rodrigo Nascimento Ribeiro Tel: (027) 3194-3750 Email: csm.almojarifado@bombeiros.es.gov.br
<b>TOTAL</b>			<b>2.678</b>	-	-	-

#### 4. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao triplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. As entidades federais, estaduais, distritais e municipais somente poderão aderir ao item respectivo da sua localização regional do território nacional especificada na Ata, sendo vedada a autorização de adesão à ata de registro de preços, por parte do órgão gerenciador, à órgãos ou entidades localizadas, geograficamente, em locais diversos daqueles previstos na respectiva ARP e para fornecedores distintos.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4.6.2. Fica vedado aos vencedores dos certames, oferecer ou conceder qualquer vantagem ou doação, que possa ferir a isonomia da ata, para os participantes ou caronas, em função da contratação, que não estejam previamente estabelecida no Edital ou nesta Ata de Registro de Preço, assim como resta o dever às entidades Participes e as que desejarem aderir a referida aquisição, comprometerem-se a fazer o bom e regular uso da adesão, recebendo apenas os itens estabelecidos por meio dela.

4.6.3. A vedação será excepcionada caso não haja saldo disponível ou item não registrado para a região da entidade solicitante.

#### 5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da assinatura, não podendo ser prorrogada.

#### 6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

#### 7. PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

#### 8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº

7.892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto nº 7.892, de 2013.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, depois de lida e achada em ordem, vai assinada eletronicamente pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

**ANA CRISTINA MELO SANTIAGO**  
Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública  
**CONTRATANTE**

**TATIANA CRASTECHINI**  
Hércules Equipamentos de Proteção Ltda  
**CONTRATADA**



Documento assinado eletronicamente por **TATIANA CRASTECHINI LEAL, Usuário Externo**, em 28/12/2022, às 12:10, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Melo Santiago, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 28/12/2022, às 16:04, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **21466680** e o código CRC **98B45F7A**.  
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.